

CONSULTA PRÉVIA
Aquisição de Serviços de Auditor Externo

RELATÓRIO FINAL

Aos 2 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila da Nazaré, no Gabinete da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), no Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião do Júri do Concurso Público identificado em epígrafe, sob a presidência do Dr. Ricardo Carapau, Técnico Superior (Economista) afeto à DAF, do Dr. Ricardo Caneco, Técnico Superior (Jurista) afeto à DAF e da Dra. Liliana Codinha, Técnica Superior (Auditora) afeta à DAF, estes últimos em substituição da Chefe da DAF, Dra. Helena Pola e da Técnica Superior, Dra. Lara Carreira (ambas ausentes em gozo de período de férias), elementos designados por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do dia 11.08.2022;

A fim de, nos termos do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), efetuar o relatório final do presente procedimento, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

1 – Audiência prévia e ordenação das propostas:

Em cumprimento do disposto no artigo 123.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de três dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo havido nenhuma reclamação.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

CONCORRENTES	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO			PONTUAÇÃO	ORDENAÇÃO
	PREÇO		METODOLOGIA PROPOSTA		
	VALOR DA PROPOSTA	PONTUAÇÃO			
J. M. Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.	23.970 €	7	5	12	1.º
BDO & Associados, SROC, Lda.	27.000 €	6	5	11	2.º

2 – Adjudicação e formalidades complementares

2.1 – Proposta de adjudicação

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente J.M. Ribeiro da Cunha & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que os serviços lhe sejam adjudicados pela quantia de 23.970,00€ (vinte e três mil novecentos e setenta euros) acrescidos de IVA à taxa legal aplicável.

2.2 – Contrato escrito

Nos termos do n.º 1 e n.º 3 do artigo 106.º do CCP, compete a V. Exª a representação do Município na outorga do contrato.

3 – Trâmites finais

Face ao que antecede e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório final”.

Nos termos do disposto do estabelecido pelo n.º 2 do artigo 98.º, do referido Código, junto se anexa a minuta do contrato para aprovação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP.

O Júri do Concurso






